

**Resumo Executivo da Reunião da Câmara Setorial de Avaliação da Conformidade - 1º  
Ciclo 2010 – 15/04/10 – Petrópolis/RJ**

**Presenças:** Omer Pohlmann Filho (CORED), Maurício Evangelista (CORED), Rosemary Petaco (DIVEC/DQUAL), Marcelo dos Santos Monteiro (DIVEC/DQUAL), Elizete Fernandes (IPEM-SP), Elizete Fernandes (Ipem-SP), Luiz Carlos Maia (Imetro-SC), Eduardo Sampaio (Ibametro), Gilson Barbosa (Dqual), Jair Durigon (Imeq-MT)

**Redator:** Patrícia Sardenberg (CORED)

Sr. Omer da Cored, dá boas vindas a todos e abre a reunião.

**Assuntos Iniciais;**

Sr. Jair Durigon do Imeq-MT questionou sobre autuação do comerciante e não só fabricante – que para ele não havia ficado claro uma vez que a norma não está clara no que se refere à figura do comerciante

Sr. Omer da Cored sugeriu deixar a recomendação quanto à revisão dessas portarias dando essa previsibilidade de se autuar o comércio. Sr. Omer questionou quanto ao prazo para revisão desse regulamento e sugeriu priorizar. Srs. Marcelo e Gilson da Dqual esclareceram que há um cronograma para revisão dessas normas e que vai ser divulgado.

Sr. Maurício sugeriu dar uma maior assistência ao comerciante para esclarecimento dos produtos que ele comercializa – Sr. Marcelo da Divec/Dqual falou do programa de Implantação Assistida que envolve todos os atores do processo

Sr. Jair do Imeq-MT sugeriu relacionar leis, normas e artigos com base legal para subsidiar os estados na autuação dos comerciantes.

Sra. Elizete do Ipem-SP disse que há a previsibilidade na maioria das normas. Autuar comerciante quando comprovado a origem do produto. Ele pode ser autuado como co responsável.

Elizete falou, ainda, à respeito dos prazos de responsabilidade para fabricantes, distribuidores e comerciantes e da necessidade dos mesmos serem observados.

Após ampla discussão, Sr. Marcelo da Divec contextualizou o assunto dizendo que o fabricante antigamente era o responsável, mas, hoje, o entendimento é que o comerciante também o é, observando as adequações, prazos.

Sr. Omer da Cored observou que o assunto não está claro até onde vai a responsabilidade do fabricante e até onde vai a responsabilidade do comerciante e a revisão tende a esclarecer essa questão. Deixar isso bem claro – procedimento uniforme dentro da Rede.

Sr Maia do Imetro-SC sugeriu análise do histórico de penalidades tendo como resposta essa previsibilidade dentro do sistema no caso de reincidência, assim como existe, também, a previsibilidade legal do desconto.

Sr. Jair do Imeq-MT registrou a importância de se acelerar a revisão da 9933 – propôs que a Câmara Setorial de AC instigue a Câmara Jurídica para agilizar essa revisão. Sr. Omer falou que tudo está bem adiantado, e que tudo deve ser formalizado quando da visita do Presidente Lula ao Inmetro no final de Maio

Sugeriu, ainda, implementação do bônus metrologia/bônus avaliação da conformidade – bônus certificação e registro de objeto. Proposição de encaminhamento à Plenária pelo Sr. Jair.

Dando continuidade à sua fala, propôs que a Câmara questionasse a Profe o porquê da decisão de abrandar a pena de uma determinada empresa que foi penalizada de acordo com o referencial do SGI tendo sido constada a irregularidade e aplicada a multa sugerida pelo sistema. Tendo ido para grau de recurso, perdeu e a apelação foi encaminhada e transformada em advertência – a Presidência, a Profe tem todo o direito de intervir agir e reduzir, mas pode ter havido uma falha nesse processo específico e merece esclarecimento. Princípio da razoabilidade foi usado no processo. Sr. Marcelo da Divec disse ter dúvida em reverter uma multa pecuniária em advertência. Sr. Omer da Cored ratificou a existência dessa possibilidade, disse entender ser razoável, mas como se trata de um pedido da Câmara nesse processo específico a idéia é levar em frente. Sr. Marcelo sugeriu falar, primeiro, com a Profe antes do encaminhamento formal da Câmara àquela Procuradoria. Se restar alguma dúvida, poder-se-ia reavaliar a questão.

#### **Assuntos de Pauta:**

**Nova Tabela de códigos** – Sr. Omer da Cored lembrou que em todas as regionais foi levantado o assunto, um grupo formada pelo pessoal da Rede discutiu, pontualmente, todas as questões. Considerando o exposto, solicitou a Maurício melhor esclarecimento à respeito do Portal estar gerando duplicidade de códigos na área da Qualidade..

Sr. Maurício da Cored disse que quando iniciou o processo de alteração da tabela de preços, algumas modificações foram realizados com percentual de 30% já pré definido e alguns casos isolados com um percentual mais alto, algumas questões relativas à valores que foram extintos também foram discutidos e houve um entendimento que não havia como retroceder, ficando definido usar os códigos da qualidade e se introduzir os códigos dentro do SGI. Sr. Marcelo comentou a respeito dos dados do Planfisq que estavam voltando com algumas inconsistências. Vários sistemas usam o código da tabela oficial. Sr. Omer disse entender o problema e reconheceu a responsabilidade de toda essa questão que é da Cored e a Dimel trabalhou com a visão

da Dimel. Daí o surgimento de novos códigos. Além disso, o Sr. Clélio deixou de ser chamado a participar do processo e tentar solucionar esse problema. Sr. Marcelo sugeriu a interação com o Eli da Cored que está resolvendo essas questões.

Sr. Omer registrou que ainda encontra-se pendente nos estados de Minas, Tocantins, Rondônia, Roraima, Amapá, Maranhão, R.G.Norte e Acre a implantação do SGI e com essa questão resolvida tudo ficaria mais fácil e poder-se-ia dar início a uma 2ª etapa do Sistema que é consiste numa revisão, melhorias e novas implementações.

Ficou definida uma apresentação de 15 min - panorama geral da situação de implantação das novas taxas e novos códigos na Plenária à ser submetida ao Conselho Gestor.

**Resultado do Plano de Fiscalização** – apresentado nas Regionais e no Encontro Técnico. Sr. Maurício da Divec disse acreditar que não vale à pena apresentar novamente na Plenária e registrou, ainda, que os dados de 2010 não estejam bem consistentes. Sr. Omer sugeriu apresentar na Plenária os dados do Plano de 2010, se for possível levantar uma informação confiável para – ao menos no que se refere ao 1º quadrimestre. Levantou a possibilidade de alguma ação corretiva, existindo tempo hábil para tal, se for o caso. Sr. Gilson da Dqual sugeriu, também, apresentação do resultado consolidado de 2009 de forma macro.

**Estratégia Brasileira de normalização** – CBN não tinha uma política e diretrizes que orientasse a política de avaliação da conformidade no país. Isso vai ser levado ao Conselho Gestor. O assunto foi tratado e vai ser contextualizado na plenária. Divulgação junto às atividades regulamentadores, órgãos delegados e consumidor.

Na oportunidade Sr. Jair Durigon do Imeq-MT registrou participação do Inmetro somente no CBAC e propõe participação em outros comitês do Cometro – participação mais efetiva da Rede – sugere eleger dirigentes para participação nesses comitês na Plenária.

**Registro de objetos** – para um produto ser comercializado no Brasil tem que estar certificado o que é feito através de um organismo credenciado, Qualquer produto que é regulamentado tem registro, designação de organismo. A proposta é aumentar o controle sobre a relação do consumo no país. A Rede vai fiscalizar se o selo é do Inmetro, se há o registro e se o registro é compatível. Tudo está sendo feito via web, no sistema orquestra. Toso os regulamentos vão ser revisados e vai ser incluído o registro nessa revisão. O papel da Rede muda um pouco o nesse sentido. Produtos certificados podem ser falsificados e agora com o nº do registro vai ficar muito mais difícil, o produto só pode ser comercializado depois de registrado e não mais somente após certificado. O agente vai ter acesso on line . A idéia é abrir espaço na Plenária para discorrer sobre o assunto e novo papel da Rede no processo. Sr. Omer sugeriu que a Dipac conversasse com o pessoal do SGI para que tudo fique no banco de dados

e seja atualizado antes mesmo de sair para o campo. Papel da Rede no ato do registro e acompanhamento. Importante ressaltar o link entre o sistema orquestra e o SGI.

**Taxa de avaliação da conformidade** proposta é falar sobre o assunto na apresentação da Profe na Plenária, além das alterações da 9933

**Normas de ouvidoria** – apuração de denúncias, prazos, diligência. Visando a celeridade desse processo tem sido discutido com a ouvidoria um novo processo que implica ao invés de ir às questões a Dqual ir direto para os órgãos delegados – tramitação de processo – foi negociado que órgão terá até 30 dias para fazer a diligencia caso contrário em até 5 dias para dar uma resposta o que está consolidado na norma.

Dessa forma a Sra. Julieta pede espaço para falar sobre esse novo tramite e o que está consolidado na norma.

A idéia é que o atendimento a denuncias seja mais adequado e usado como indicador de efetividade.

Sr. Gilson ratificou a mudança no processo e disse que essa mudança vai de encontro a melhoria do macroprocesso de avaliação da conformidade. A norma diz que semestralmente a ouvidoria vai dar um parâmetro sobre essas denúncias e demandas recebidas.

Sr. Marcelo da Divec salientou a importância de se mostrar o processo – alguns órgãos estão desativando as ouvidorias e vai colocar em risco esse plano. A ouvidoria não está profissionalizada e há a necessidade que o Inmetro e a Rede tenham esse processo em pleno funcionamento.

Sr. Omer da Cored sugeriu, ainda, a interação com o GT de Indicadores e mostrar o que se pode extrair daí. Não mudou por mudar, tem toda uma lógica aí e a integração com outros sistemas. Sr. Gilson propôs falar com a Ouvidoria para contribuir com esse foco.

Sr. Jair sugeriu, também, identificar se denúncia do consumidor ou do fabricante – altos números de denúncias vazias.

Proposta de apresentação da ouvidoria de 15 a 20min na Plenária.

**GT's e Comitê SGI nas atividades relativas á Área da Qualidade** - Sr. Omer comentou acerca da necessidade de interação dos GT's com o Comitê SGI e de propostas de como pode ser melhor utilizado o sistema. Citou como exemplo, os trabalhos do Grupo de Pré Medidos coordenado pela Sra. Cíntia Lé do Ibametro que fez apresentação na última Câmara Setorial de Metrologia Lega e está trabalhando muito bem. Já na área de Avaliação da Conformidade dois grupos estão trabalhando um nos trabalhos de apreensão e descarte de produtos e nos processos da qualidade dentro do SGI.

Sra. Elizete, coordenadora do Grupo de Estudo e servidora do Ipem-SP iniciou sua fala comentando acerca da dificuldade do GT em avançar e diz que o grupo não foi muito bem reconhecido. Houveram duas reuniões para entender o que se poderia ser feito, a segunda foi para elencar algumas questões apontadas pelo grupo para melhoria. Falou do trabalho que já foi levantado como o ajuste de códigos, proposição de melhorias, mas reiterou que estão sentindo falta do reconhecimento do grupo. Citou que quando da interação com a informática importante ressaltar que a responsabilidade das propostas é do grupo, mas está faltando agilidade, prioridade para o desenvolvimento dos trabalhos. Disse acreditar que alguns profissionais poderiam agregar algumas idéias e sugestões e levar os problemas à frente. Sra. Elizete questionou, ainda, sobre quem vai ouvir as questões, a quem se reportar. Registrou que acredita que tem muito pouca coisa a melhorar, mas que é necessário evoluir. Registrou algumas sugestões propostas e disse se sentir perdida sobre com quem falar.

Sr. Gilson da Dqual questionou se o grupo já tem com clareza todos os problemas identificados e alterações propostas.

Sr. Omer sugeriu a procura de um canal melhor, que o grupo deve interagir com o Sr. Marcelo da Divec e o Marcelo interagir com o pessoal do SGI/SURRS, que as demandas sejam encaminhadas via Divec ou ainda encaminhadas ao Comitê Gestor. Sr. Omer disse entende que o grupo deve ser mais representativo, integrar alguém do Norte ou do Nordeste, ouvir mais o pessoal de outros estados ou se isso é apenas uma demanda do próprio grupo. Trazer ainda para a Câmara quais foram as propostas identificadas, as sugestões, os problemas identificados para que o Conselho Gestor do SGI possa dar um retorno. A presença dos GT's nas Câmaras é para dar robustez ao processo.

Sra. Elizete registrou encaminhamento de um e-mail à Cored solicitando a formalização do grupo e solicitando a indicação de outros membros. Sr. Omer propôs que fosse encaminhado a Secretaria Executiva da RBMLQ-I um resumo das demandas para que seja elaborado um documento da Câmara Setorial de Avaliação da Conformidade para o Conselho Gestor do SGI solicitando posicionamento sobre a implementação das mesmas. Os membros da Câmara aprovaram a proposta

Na intenção de valorizar esse Grupo, Sr. Marcelo disse acredita que seria interessante que a Divec utilizasse esse grupo como interface com a Informática. E falou sobre as sugestões encaminhadas na relação de 30 itens enquanto Divec e que não foram também implementadas.

Sr. Omer da Cored reiterou proposta para que nas próximas reuniões haja a participação do grupo nesse fórum.

Sr. Jair – sugeriu que e que todos os GT's se reportem ao comitê e esse à Cored para que auxiliem na solução de problemas, que os GT's encaminhem as demandas ao Comitê Gestor que fará um comunicado à Câmara através da Cored.

## **GT apreensão e descarte de produtos**

Sra. Rose iniciou sua explanação falando da Portaria Inmetro 312/2009 que constituiu o Grupo formado por 11 pessoas. Registrou que o membro de Minas não está comparecendo as reuniões

Falou do objetivo de implantar procedimentos e que tudo teve início com a pesquisa de produtos irregulares, ano e quantidade e apresentou as etapas do cronograma de atividades do GT.

Sr. Marcelo da Divec falou do estudo que está sendo feito com relação a quando apreender e quando não apreender. Sugestão é apresentar os trabalhos na Plenária – validação da proposta – após haveria a implantação, revisão e aprovação.

Discorreu, ainda, sobre os itens do cronograma tais como elaborar proposta de critérios para apreensão de produtos apreendidos, elaborar proposta para as práticas de armazenamento e conservação de produtos apreendidos, tratamento e destinação de produto irregular – NA oportunidade foi falado sobre o aspecto de doação de produtos irregulares, da responsabilidade, das implicações sobre essa questão. Sr. Maia do Inmetro-SC falou da impossibilidade do próprio Inmetro avaliar o produto e atestar a irregularidade e fazer a doação – elaborar proposta relativa a destinação dos produtos irregulares das ações de fiscalização.

Negociando com os organismos para fazer a avaliação dos mesmos gratuitamente para doação. Sr. Maurício da Coreid aponta essa prática na Rede.

Omer fala da ansiedade de ver finalizado esses trabalhos e que a proposta deverá então ser submetida a plenária para aprovação no final de maio.

---

Próxima reunião: 29/10/10

Local: a definir

Horário: a definir